

Comissão Intergestores Regional – CIR Oeste I Convocação Ordinária

A Coordenação da Comissão Intergestores Regional – CIR Oeste I, no uso das suas atribuições regimentais que lhe são conferidas, convoca para **4ª Reunião ordinária, a realizar-se no dia 04 de Julho de 2023, de forma presencial, iniciando a partir de 08:30 horas, no Recanto das Emílias, no município de Iporá.**

PARTICIPANTES DO PLENÁRIO DA CIR OESTE I**MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE SAÚDE OESTE I**

SMS Iporá - Daniela Sallum (anfitriã), SMS Diorama - Raigneice Garcia; SMS Fazenda Nova - Neibe Basílio; SMS Israelândia - Iara Heloíse; SMS Novo Brasil – Wallison; SMS Bom Jardim de Goiás – Ozair; SMS Jaupaci – Júlio César; SMS Piranhas – Ludiane; SMS Amarinópolis – Gracielle; SMS Aragarças – Maiara; SMS Palestina – Flávia; Técnicos municipais da Região Oeste I; de forma presencial.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

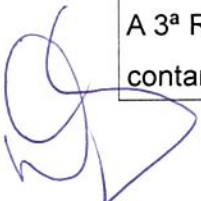
Coordenador Regional de Regulação, Controle e Monitoramento – Afonso Peixoto; Coordenador Regional de Vigilância em Saúde – Honório Neto; Coordenadora Regional de Políticas e Atenção Integral à Saúde – Sebastiana Monteiro; Técnica da Coordenação Regional de Vigilância em Saúde - Walquíria Cursino; Subcoordenadora da Secretaria Executiva da CIR e Controle Social - Fernanda Guimarães; Subcoordenadora Regional de Vigilância Epidemiológica e Imunização – Fernanda Moraes; Subcoordenadora Regional de Atenção Primária – Thaisa Cunha; Subcoordenadora Regional de Atenção Especializada – Viviana Machado; Coordenadora Regional de Tecnologia, Inovação e Saúde Digital – Maiane Magalhães; Coordenadora Regional de Educação Permanente – Cleusa Teixeira; Coordenadora Regional de Infraestrutura e Planejamento do SUS – Rosângela Paula.

COSEMS: Apoiadora Região Oeste I e II (Interina) – Keila Moreira Silva.

Gerência das Regionais: Raquel.

1. ABERTURA DOS TRABALHOS – Daniela Sallum – Coordenadora CIR Oeste I;

Daniela Sallum deseja as boas vindas a todos os participantes e faz uma apresentação sobre a frequência dos secretários de saúde nas Reuniões Ordinárias da Comissão Intergestora Regional Oeste I. Mostra que na 1ª Reunião Ordinária da CIR Oeste I deste ano, ocorrida no dia 01/02/2023 na cidade de Piranhas, de foram presencial, 56,25% de Secretários de Saúde estavam presentes. Já na 1ª Reunião Extraordinária da CIR, ocorrida na cidade de Iporá, de forma híbrida, no dia 10 de fevereiro de 2023, 68,75% dos Secretários de Saúde estiveram presentes. A 2ª Reunião Ordinária da CIR Oeste I foi realizada de forma on-line, no dia 14/04/2023 e contou com 31,25%. A 3ª Reunião Ordinária da CIR Oeste I ocorreu na cidade de Diorama, no dia 09 de maio de 2023, contando com a presença de 43,75% dos Secretários de Saúde municipais. Daniela faz um



chamamento quanto a importância da presença de todos os gestores na CIR, pois é um espaço de discussões de Políticas Públicas de Saúde e pactuações de serviços em prol da população.

2. APROVAÇÃO ATA

2.1. Coordenadora da CIR Oeste I – Daniela Sallum

2.1.1. 3ª Reunião Ordinária CIR Oeste I

Após manifestação dos gestores Daniela Sallum considera a ata da 3ª Reunião Ordinária da CIR, aprovada.

3-APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

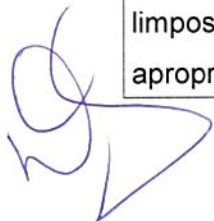
3.1. Coordenador Regional de Vigilância em Saúde – Honório Neto

3.1.1. Panorama Epidemiológico da Febre Maculosa

Honório fala sobre o agravo febre maculosa e orienta quanto a forma de transmissão desta doença. Discorre sobre a definição de caso suspeito deste agravo. Relata sobre os casos notificados e confirmados, em Goiás, dos anos de 2010 a 2022. Traz orientações para medidas de proteção individual para esta doença como: usar repelentes contra carrapatos, preferir roupas compridas e claras, examinar o próprio corpo a cada três horas, a fim de verificar a presença de carrapatos, retirar os carrapatos, preferencialmente com auxílio de pinça, não esmagar o carrapato com as unhas, pois ele pode liberar as bactérias e contaminar partes do corpo com lesões, locais públicos infestados por carrapatos devem ter placas que informam da presença deles, limpeza e a capina de lotes e de áreas públicas devem ser implementadas.

3.1.2. Ocorrência de escorpiões

Honório relata as ocorrências de acidentes com escorpiões em Goiás no ano de 2023. O Estado registrou 2.712 casos de acidentes com escorpiões até o dia 20 de junho deste ano, com evolução de cinco casos graves e um óbito. No mesmo período do ano de 2022, foram registrados 2.800 acidentes. Mostra o manual de controle de escorpiões e orienta quanto ao uso do soro antiescorpiônico. Reforça a informação de que a Região de Saúde Oeste I possui dois pontos de assistência aos pacientes que sofrem acidentes por acidentes peçonhentos (municípios de Iporá e Bom Jardim de Goiás). Refere da importância do controle do número da população de escorpiões já que sua erradicação não é possível e nem viável. A Portaria MS/GM nº 1.172/2004 do SUS, atribui ao município o registro, a captura, a apreensão, identificação das espécies e a eliminação de animais que representem risco à saúde do homem. A busca ativa destes animais deverá acontecer, no mínimo, a cada seis meses ou quando do avistamento de escorpiões. A busca ativa envolve entulhos, material de construção, lenha e não deve ser realizada por apenas um profissional. Locais escuros, úmidos, com pouco pavimento, devem ser examinados com atenção. Discorre sobre o que fazer para controlar a ocorrência de escorpiões e citou manter limpos quintais e jardins; acondicionar o lixo domiciliar em sacos plásticos ou outros recipientes apropriados e fechados; limpar terrenos baldios; eliminar fontes de alimentos para os escorpiões:



baratas, aranhas, grilos e outros pequenos animais invertebrados; evitar queimadas em terrenos baldios, pois desalojam os escorpiões; manter fossas sépticas bem vedadas; rebocar paredes externas e muros para que não apresentem vãos ou frestas; verificar a roupa de cama antes de deitar, afastando a cama da parede. Informou que o uso de inseticidas não afetam os escorpiões e o uso deles pode desalojá-los.

3.2. Subcoordenadora Regional de Vigilância Epidemiológica e Imunização – Fernanda Morais

3.2.1. Situação das coberturas das vacinas de rotina dos municípios da Região de Saúde Oeste I

Fernanda Morais faz uma apresentação que mostra os percentuais das coberturas vacinais das crianças menores de dois anos de idade. Alerta que vários imunobiológicos, de vários municípios da Região de Saúde Oeste I estão com percentual abaixo do recomendado pelo Ministério da Saúde. Reforça da necessidade do monitoramento das coberturas vacinais, mensalmente, para identificar pessoas não vacinadas e estabelecer ações de imunização para resgatá-los em tempo oportuno. Pontua algumas orientações para o alcance de coberturas vacinais satisfatórias, a fim de prevenir doenças imunopreveníveis que são: realizar ações de vacinação como: facilitar o acesso da população a sala de vacina estabelecendo horários alternativos de funcionamento das salas de vacinas; não perder oportunidades de vacinação como a aplicação simultânea de vacinas conforme as normas de vacinação e agendar intervalos mínimos entre as doses do esquema vacinal de cada vacina da criança que está com o calendário de vacinação em atraso, desde que tenha sido atingida a idade recomendada para a referida dose; realizar busca ativa com a equipe de Agente Comunitário de Saúde; realizar monitoramento dos Nascidos vivos residentes do seu município, menores de 2 anos, para facilitar localização; digitar e realizar busca posterior no sistema, para ter certeza da efetiva gravação do vacinado no sistema; realizar a digitação preenchendo todos os dados (lote da vacina, cartão do sus); realizar o aprazamento de dose no PEC, para facilitar a busca dessas crianças; nas reuniões com a gestantes orientá-las quanto a importância da vacinação; realizar busca da população adulta e idosa do seu município, para realizar a vacinação.

Daniela Sallum reforça da importância de executar ações a fim de alcançar a população não vacinada e faz um chamamento de todos os profissionais serem envolvidos neste processo de trabalho.

3.2.2. Capacitação aos municípios para a descentralização do sistema SIES, módulo “vacinação”

Fernanda fala sobre a importância da descentralização aos municípios do sistema SIES (sistema informação de insumos estratégicos). Relata que o referido sistema é utilizado pela imunização para solicitação de vacina, seringa e agulha, monitoramento do estoque de insumos de cada município e regional de saúde. E para a capacitação dos profissionais municipais no sistema, o

Estado promoverá um curso, no dia 08 de agosto de 2023, de forma presencial, na cidade de Iporá, com local a ser definido. O curso tem como objetivo capacitar os servidores dos municípios no manuseio do SIES.

3.3. Secretária Municipal de Saúde de Iporá – Daniela Sallum

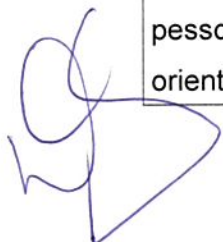
3.3.1. Solicitação de revisão do financiamento da Média e Alta complexidade – MAC, do município de Iporá

Daniela Sallum mostra a produção MAC de Iporá dos anos 2019 até maio de 2023 nos pontos de atenção do município. Mostra o valor que foi aprovado por atendimento, faz o comparativo do valor aprovado e do valor repassado e relata que houve um deficit financeiro, no ano de 2022, de 162.419,00 reais e anual de 1.949.037,00. E ao analisar o serviço de reabilitação do município observa-se que é inviável financeiramente, manter o serviço. Informa que está pleiteando o CER tipo II que já foi aprovado em CIR e CIB e já foi inserido no SAIPS. Veio o parecer que não está no Plano Estadual e a secretaria municipal já está em diálogo com a área técnica do estado. Refere que a tabela SUS do serviço está totalmente defasada. Fala que os serviços de especialidades odontológicas estão na mesma situação. O que recebe de repasse financeiro do Ministério da Saúde não mantém o serviço. Refere que pleiteia um aumento do teto MAC, em torno de 170 mil reais por mês para manter os serviços já implantados no município. Faz referência ao serviço do SAMU, o qual o valor de repasse do MS para implantação é o mesmo desde 2012. Naquele ano o valor de custeio repassado, o município mantinha o serviço e hoje não se consegue mais isso. Finaliza a fala que pleiteia esse aumento do teto MAC a fim de manter os serviços no município de Iporá.

3.3.2. Esclarecimento quanto ao funcionamento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) da Região de Saúde Oeste

Daniela Sallum inicia sua fala dizendo da importância da discussão quanto aos serviços referentes a atenção psicossocial na Região, e lembra a plenária que este assunto está sendo discutido de forma recorrente nas reuniões ordinárias da CIR Oeste I. Informa que na Região Oeste I somente Aragarças possui o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) implantado. Os demais não tem outro apoio em relação a saúde mental. Os municípios de Diorama, Piranhas, Baliza, Fazenda Nova, Israelândia e Ivolândia mostraram interesse de implantar o serviço do EMAESM. Foi aprovado em CIR e CIB porém não receberam repasse financeiro. Quanto aos municípios de Diorama e Israelândia, o Ministério da Saúde está analisando o mecanismo legal para repasse financeiro. Piranhas, Baliza e Fazenda Nova, que já tem implantado e funcionando o serviço, a informação é de que não terá o custeio, a nível federal e estadual (segundo área técnica do MS). Ivolândia foi aprovado mas não tem ainda montado a equipe. Faz a indagação: quem é nossa referência de fato para urgência e emergência. Diz que hoje o município de Iporá está custeando internação de três pacientes em clínicas particulares, com gasto para cada um, de no mínimo 1.500 reais por mês, com período de internação de no mínimo seis meses. Lembra que o Pronto Socorro Wassily

Chuc, localizado em Goiânia, recebe o paciente só se ele estiver em surto mental. Pergunta como que se faz um transporte de um paciente em surto? Como fica a segurança da equipe da saúde? Tem escolta policial para todo transporte? Ressalta que as redes de assistência do nosso Estado precisam ser reavaliadas e fortalecidas, com profissionais qualificados para uma boa assistência. Reforça que os municípios precisam ampliar e implantar os serviços, porém analisando todo o custo do serviço. Sr. Cleide Tinan, servidor de Piranhas diz que os recursos oferecidos pelo MS deveriam ser repassados aos municípios com mais agilidade. Fala que no SAIPS não estava habilitada para cadastrar o EMAESM, mesmo com equipe já implantada no município. Diz que o município de Piranhas possui, também três pacientes internados em clínicas psiquiátricas particulares, com custo médio de 3 mil reais cada paciente. Lamenta a situação da falta de recurso financeiro do MS de custear a EMAESM, visto que o serviço está implantado no município e a comunidade precisa dele. Espera que os secretários possam elaborar algum documento solicitando que os serviços se mantenham na região, com recurso financeiro federal. Daniela diz que a questão da saúde mental na Região de Saúde Oeste I está "gritante" e este é o momento de diálogo para melhorar esta situação. Sebastiana reforça a fala dizendo esta discussão deve ser feita de forma intersetorial, pois o paciente sai da internação e se insere novamente na sociedade, mas necessita de cuidados para isso. Faz um chamamento para ter um momento (fórum, seminário, simpósio) na Região de Saúde com intenção de discutir essas necessidades. Daniela relata que como encaminhamento é discutir a viabilidade de realização de um simpósio de discussão da RAPS. Sr. Neibe refere que o município de Fazenda Nova está lutando durante dois anos na assistência à saúde mental, e sente ausência do suporte dos governos estadual e federal. Maiara relata que a situação de saúde mental fica a cargo, na maioria das vezes, por conta do município, e isso dificulta muito, até mesmo porque a demanda aumentou bastante após a pandemia. Refere que o estado e governo federal precisam dar suporte não só com a EMAESM mas também com políticas públicas de saúde. Ozair reforça a fala dos demais secretários que há a necessidade, com urgência, de suporte a nível tripartite, para melhorar este serviço na Região de Saúde. Rainegreisse lembra da conferência de saúde mental na região que foi bastante discutido sobre o fortalecimento da RAPS, pois hoje vários municípios estão custeando o serviço e espera o repasse dos governos estadual e federal. Afonso reforça da necessidade dos secretários conhecerem e analisarem as pactuações via PPI (Programação Pactuada e Integrada) dos serviços. Traz a quantidade de consultas programadas de cada município e o ponto de atenção pactuado. Diz que os secretários utilizam o sistema estadual SERVIR e os pontos de atenção no Estado são os hospitais HDS (Hospital de Dermatologia Sanitária e Reabilitação Santa Marta), em Goiânia, que oferece serviços psiquiátricos apenas para consulta e pessoas a partir de 18 anos, o CREDEQ (Centro de Recuperação de Dependência Química), que oferece consultas para pessoas com 18 anos e/ou mais. O CREDEQ oferece também a comunidade terapêutica para pessoas a partir de 13 anos e consultas na área da psicologia para crianças e adultos. Daniela orienta que como encaminhamento seja realizado o simpósio para discutir as fragilidades da



RAPS na Região a fim de elaboração de ações para o fortalecimento dos serviços na RAPS. Keila sugere que leve para o Grupo de Trabalho da Atenção à Saúde da CIB, os problemas referentes a implantação do EMAESM nos municípios da Região.

3.3.3. Situação dos serviços prestados quanto ao atendimento de dispensação e distribuição dos medicamentos de alto custo pela Policlínica de São Luís de Montes Belos

Daniela relata os processos de trabalho na policlínica, para Iporá, em que no mês de junho, 1.268 processos foram cadastrados, dos quais 621 processos foram atendidos pela Policlínica e 647 processos não foram atendidos. Iporá precisa ir uma vez por semana na Policlínica e tem que encaminhar, além do condutor as duas técnicas responsáveis pelo serviço no município. Lembra que quando os medicamentos de alto custo eram distribuídos pela Regional de Saúde Oeste I, o município precisava se deslocar somente uma vez no mês para a retirada dos medicamentos na unidade estadual e agora estão indo cinco vezes ao mês para retirar essa medicação e não estão sendo contemplados nem a metade dos processos.

3.4. Coordenadora Regional de Apoio à Tecnologia, inovação e Sustentabilidade – Maiane Magalhães

3.4.1. Planificação da Atenção Primária à Saúde nos municípios da Região de Saúde Oeste I

Maiane refere que alguns municípios ainda não aderiram ao projeto de planificação e relata que estes municípios que não quiseram realizar a adesão precisam enviar um ofício para a regional de saúde relatando a não adesão. Diz que este processo vem para reorganizar os serviços de saúde dentro da Atenção Primária à Saúde e reestruturando estes serviços evita que vários casos sejam encaminhados para os níveis secundário e terciário na Rede de Atenção à Saúde. Cita Ivolândia, que possui a unidade laboratório da Região e o projeto está sendo implementado com vários resultados satisfatórios. Relata que já foram realizadas cinco oficinas do projeto e mostra a quantidade de oficinas que cada município participou. Aqueles que não participaram, a regional de saúde está realizando oficinas de “rescagem” e dia 05 de agosto serão realizadas as oficinas 1, 2 e 3, na cidade de Iporá, na Universidade Estadual de Goiás. Finaliza que a regional se interessa que cada município faça a adesão do projeto e se coloca a disposição para apoio na realização das oficinas. Cleusa refere que quatro municípios ainda não aderiram o projeto: Iporá, Jaupaci, Baliza e Palestina de Goiás.

3.5. Coordenadora Regional de Infraestrutura e Planejamento – Rosângela Moura

3.5.1. Apresentação do novo organograma da unidade Administrativa Regional de Saúde Oeste I

Rosângela faz uma breve apresentação do novo organograma da Unidade Administrativa Regional de Saúde Oeste I mostrando as coordenações e subcoordenações, bem como os servidores responsáveis pelas referidas pastas. Diz que encaminhará para os e-mails dos gestores os nomes

dos servidores da regional, bem como as coordenações que são responsáveis. Aproveita a oportunidade para dizer que o evento está sendo transmitido ao vivo para a Gerência das Regional e a resposta da gerência de saúde mental via chat é que o estado está fazendo um levantamento no que tange dos serviços disponíveis para dar andamento da RAPS. As regionais de saúde farão parte das discussões de rede e logo serão pautados na CIR. Raquel da Gerência das regionais cita o novo processo de mudança dentro da SES e um destes processos de mudanças é a rede de atenção psicossocial. Refere que a partir de agosto será pautada na reuniões ordinárias da CIR.

4. Discussão e Pactuação

4.1. Coordenador Regional de Vigilância em Saúde – Honório Neto

4.1.1. Capacitação em investigação de surtos de doenças transmissíveis: Covid19, Síndrome mão-pé-boca, monkeypox, caxumba, influenza, que acontecerá nos dias 12 a 14 de julho

Honório relata que esta capacitação não será na data dos dias 12 a 14 de julho, mas acontecerá em data mais oportuna. Acredita que é necessário da importância de pactuar esse te curso, a fim de os secretários se comprometerem a viabilizar o deslocamento dos técnicos municipais para Iporá, na referida capacitação. Secretários pactuaram o curso citado.

5. INFORMES

5.1. Coordenador Regional de Vigilância em Saúde – Honório Neto

5.1.2. Oficina de investigação de Surtos em DTHAs/ DDAs e Vigilância Epidemiológica da Toxoplasmose Gestacional e Congênita – ocorrida dia 20/06/2023

Honório relata que vários municípios não participaram da Oficina de investigação de Surtos em DTHAs/ DDAs e Vigilância Epidemiológica da Toxoplasmose Gestacional e Congênita, ocorrida dia 20/06/2023 na cidade de Iporá e que devido à ausência dos mesmos a regional de saúde está indo in loco capacitá-los. Walquiria faz uma apresentação mostrando a situação de cada município quanto a alimentação de informações no sistema sivepdda, em que existem municípios que não estão alimentando o referido sistema e também existem aqueles municípios silenciosos, o qual reforça a necessidade da busca ativa de casos de diarreia na comunidade.

5.1.2. Teste Rápido de Hanseníase

Walquíria relata sobre a distribuição dos testes rápidos de hanseníase e informa que os municípios devem alimentar a planilha no drive informando quantos testes o município receberam e quantos já foram utilizados. Reforça a necessidade do preenchimento da planilha pois diante das informações é que o município recebe novamente os testes.

5.2. Apoiadora COSEMS/GO das Regiões de Saúde Oeste I e II (interina) – Keila Silva.

5.2.1. Congresso CONASEMS

Keila convida a todos para participarem do congresso CONASEMS, que será realizado em

Goiânia. Refere que somente dois municípios da Região fizeram as inscrições (Iporá e Aragarças). Lembra que o congresso começa dia 16 de julho e vai até dia 19 de julho e que os municípios podem fazer as inscrições até mesmo no dia que começa o evento.

5.3. Coordenador Regional de Regulação

5.3.1. Atualização de solicitantes no Sistema Estadual de Regulação - SERVIR

Afonso relata que encaminhou no mês de junho a solicitação para que os municípios informassem a relação dos profissionais que continuam fazendo a solicitação de regulação no sistema SERVIR. É necessário realizar essa atualização a fim de organizar os processos dentro do referido sistema. Pede também o envio da cópia do cadastro do profissional no CNES e comprovação de vínculo com o município.

6-ENCERRAMENTO – Daniela Sallum – Coordenadora CIR Oeste I

Concluindo, eu Fernanda Paula de Faria Guimarães, exercendo como Subcoordenadora Regional Executiva de CIR e Controle Social, participei da reunião a qual foi gravada, e transcrita por mim, lavrada a Ata em forma de resumo executivo conforme Art 15 ítem VIII do regimento CIR, e este resumo após ser lido e aprovado será assinado pela Coordenadora CIR Oeste I. Para mais esclarecimentos que fizerem necessário, a gravação fica disponível a todos da plenária desde que solicitada a esta secretaria com antecedência.



Daniela Sallum
Secretária Municipal de Saúde de Iporá
Coordenadora CIR Oeste I

Dra. Daniela Sallum
Secretária Mun. de Saúde
Decreto nº. 04/2021